

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2013.**  
**(Do Sr. Reinaldo Azambuja)**

Requer informações ao Senhor José Eduardo Martins Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, sobre a identificação e delimitação da terra indígena Iguatemipegua I, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exa. sejam requeridas ao Senhor José Eduardo Martins Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, as seguintes informações:

1. Quais foram os critérios e procedimentos considerados na elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Iguatemipegua I, ocupada pelo grupo indígena Kaiowá, localizada no município de Iguatemi, Estado do Mato Grosso do sul, aprovado pela Presidente da FUNAI, em 7 de janeiro de 2013 ?
2. Como os serviços de delimitação e identificação foram contratados e quais fundamentos foram utilizados?
3. Quais são os limites de competências da Fundação Nacional do Índio na demarcação de terras indígenas?
4. Solicitamos informações sobre o Processo nº 08620-82252/2012 – 03 que trata da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Iguatemipegua I, localizada no cone sul, do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que o clima de tensão na região é grande com risco iminente de conflito. Quais as providências adotadas por parte da Funai e deste Ministério para que a situação seja resolvida com atendimento justo para as partes envolvidas – colonos e indígenas? A indenização dos serviços de colonização das terras e das benfeitorias construídas está prevista no referido processo? Em caso negativo, o

Poder Público adotará providências para a realocação das famílias para outras áreas a título de compensação das áreas delimitadas?

5. Solicitamos, por último, ao Senhor Ministro da Justiça que determine à FUNAI a disponibilização da relação dos processos com as respectivas áreas passíveis de demarcação de terras indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul com o objetivo de se garantir aos atos a maior transparência possível.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Parece não haver mais limites para a ação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI na demarcação de terras indígenas no Brasil.

Em 10 de julho de 2008, a FUNAI editou seis portarias visando à demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. As portarias abrangem 26 municípios e dizem respeito a uma área potencial total de 12 milhões de hectares, correspondendo aproximadamente a um terço do território estadual. Em sua redação, as portarias não visam especificamente a uma propriedade ou área determinada, mas têm abrangência tal que qualquer propriedade poderia vir a ser atingida.

Há uma ameaça real que paira sobre toda essa região, criando uma insegurança jurídica prejudicial aos produtores, aos trabalhadores, aos investimentos e à própria autonomia do Estado de Mato Grosso do Sul.

A questão vem trazendo preocupação para os Prefeitos dos Municípios de Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Itaquiraí, Amambaí, Tacuru, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Juti e Aral Moreira da região localizada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul onde vivem em torno de 214 mil habitantes e que poderão sofrer graves consequências com a forma de condução atinente às demarcações de terras indígenas na região.

Segundo afirmações dos referidos prefeitos a situação tem sido conduzida de forma não transparente o que provoca um ambiente de resultado imprevisível para a população local.

A seguir transcrevemos algumas matérias divulgadas pela mídia local que traduz a incerteza e o medo da população atingida.

O Jornal Douranews publicou, em 19/12/12, matéria intitulada “Incerteza e omissão do Governo amedrontam produtor rural”, como se segue:

**“Incerteza e omissão do Governo amedrontam produtor rural**  
Redação Douranews

O produtor rural Esmalte Barbosa Chaves, de 74 anos, convive há nove anos com a invasão da propriedade que possui em Dourados. Os indígenas que por muitos anos permaneceram acampados à margem da estrada, vindos de aldeias das cidades de Amambai, Aral Moreira e Caarapó, entraram no espaço privado dele em fevereiro de 2004. “Eu estava fora e recebi uma ligação do Sindicato Rural me perguntando sobre o que acontecia naquela região. Não imaginei que fosse na minha terra, pois sempre ajudei os índios enquanto estavam à beira da estrada”, lamenta Chaves.

Junto com a família, “seo” Esmalte, como é chamado, foi até à fazenda Campo Belo, registrada no nome dele há cerca de 30 anos, e constatou a realidade. “Naquela madrugada chuvosa eles formaram um leque. Colocaram crianças com pedaços de pau e mulheres na frente e vieram na direção da minha terra”, relembra o produtor. Quarenta hectares foram tomados por barracas de lona que passaram a abrigar o grupo indígena, das etnias Kaiowá e Guarani. A partir daí a rotina da família Chaves foi conviver com insegurança e debilitações físicas e emocionais. A mesma condição se estendeu aos produtores rurais vizinhos.

A idade avançada e as ameaças não impediram que o produtor reivindicasse uma terra que já era dele. “Não quero nada que não seja meu e espero que o trabalho realizado até hoje possa trazer algum benefício para meus cinco filhos, seis netos e cinco bisnetos”, afirmou. O produtor já cultivou soja, milho, aveia, feijão, trigo e sorgo na propriedade, dedicada atualmente ao cultivo de cana e criação de gado.

Na busca por garantir uma terra que legalmente é dele, localizada no Porto Cambira, Esmalte Chaves ganhou o reconhecimento de propriedade por parte da Justiça na primeira e segunda instância em oito anos de tramitação do processo. “Minha terra é documentada e sempre paguei meus impostos, inclusive durante os oito anos de invasão”, ressalta Chaves.

O advogado de defesa do produtor, Cícero Alves da Costa, demonstra confiança no processo que já passou pela Justiça Federal de Dourados, Tribunal Regional Federal e hoje segue no STF (Supremo Tribunal Federal). Os juízes declararam que o espaço invadido não é indígena e deferiram a reintegração em favor do proprietário, reconhecendo inclusive ser desnecessário laudo antropológico, por não existir nenhum processo administrativo que indique a possibilidade de que um dia aquela terra tenha sido considerada indígena. Apoiada pela Funai (Fundação Nacional do Índio), a ação dos indígenas foi considerada pelos juízes como “esbulho possessório”, ou seja, invasão violenta ou com ameaças a uma propriedade privada.

“A omissão do Governo em solucionar os problemas sociais que afetam as comunidades indígenas não pode ser utilizada como justificativa para o descumprimento da lei, da ordem e dos direitos individuais. A invasão é uma violência e não pode ser tolerada como forma de reivindicação”, enfatizou o assessor jurídico da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Carlo Coldibelli.

### **Prejuízos**

Nos oito anos de invasão, a maior ajuda veio dos vizinhos, que no auge da tensão estacionavam carros em pontos estratégicos para iluminar a casa da fazenda e evitar que ela fosse invadida também. “Era uma tortura psicológica violenta. Diariamente chegavam recados de que nos atacariam e colocariam fogo na propriedade”. A violência foi registrada pelo filho em boletim de ocorrência relatando as ameaças dos indígenas e as ações contra o rebanho. “Deixavam as porteiras abertas, cortavam nossas cercas, cortavam com foice alguns animais e matavam outros”.

Nádia Chaves, filha do produtor, diz que os prejuízos são incalculáveis. “Não envolve apenas o tempo que meu pai deixou de produzir”. Ela conta que cresceu vendo o pai cuidar da lavoura, mas depois da invasão o nervosismo e as ameaças

*trouxeram danos irreversíveis, que resultaram em dois AVCs (Acidentes Vasculares Cerebrais), assepsmia e um mês em tratamento em uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva) em hospital de Dourados. “Ele ainda ganhou de presente um infarto e um marca-passos no peito, tudo isso nos últimos oito anos”, relata a filha.*

*Nádia lamenta o desfecho da invasão. “A atitude do líder indígena nos espanta. Enquanto estavam à beira da estrada, chamava meu pai de compadre e tomavam tererê juntos. Levávamos carne, remédios e roupas para o grupo, uma assistência que o Governo deveria dar, mas nunca deu”, lembrou. A filha de produtor não acredita que os indígenas bancaram os gastos com a invasão. “Essa ação com certeza foi financiada por alguma ONG, porque os índios não tem dinheiro para o aluguel de cinco ônibus e nem para os equipamentos de cozinha que utilizam”, afirma.”*

E, ainda, o periódico Iguatemi Agora publicou em 16/02/13, matéria intitulada “Possível confronto entre fazendeiros e índios faz prefeitos de MS pedirem ajuda a Brasília”, como se segue:

***“A região Sul de MS faz fronteira com o Paraguai e é cenário constante de conflitos entre indígenas da etnia Guarani Kaiowá e fazendeiros.***

*Os prefeitos da região Sul do Estado encaminharam documento pedindo ajuda do presidente da Câmara, do Senado e da Presidente da República para resolver a questão da demarcação de terras indígenas. O apelo tem como foco o clima de ‘extrema tensão’ que pode resultar em conflito armado entre brancos e índios. Entidade de classe de Estado vizinho denuncia que o impasse está ocasionando invasões desenfreadas, possivelmente comandadas por Ongs com interesses ‘escusos’.*

*Representantes das cidades de Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Itaquiraí, Naviraí, Amambai, Tucuru, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Juti e Aral Moreira ‘suplicam’ ao Governo Federal, o apoio na resolução das demarcações. Para eles, a forma não transparente como vem sendo conduzido o processo de demarcação, têm colocado os cerca de 214 mil habitantes da região sul em clima de insegurança, provocando ‘um ambiente de resultado imprevisível’.*

*“Antes de ser fazendeiro ou índio, somos todos brasileiros. A gente tem medo do que pode acontecer. É perigoso, complicado e precisamos da ajuda dos nossos parlamentares e representantes para encontrar uma saída. A gente tem muito medo do que pode acontecer. Precisamos definir porque esse é um problema sério em 26 municípios do nosso Estado”, declarou o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcoverde.*

*A região Sul de MS faz fronteira com o Paraguai e é cenário constante de conflitos entre indígenas da etnia Guarani Kaiowá e fazendeiros. De um lado os índios querem a confirmação da homologação das terras e de outros os latifundiários exigem, no mínimo, o ressarcimento pelas terras desapropriadas e não somente o pagamento pelas benfeitorias.*

*Segundo documento, redigido no último dia 5 de fevereiro de 2013 na cidade de Iguatemi - distante a 466 km de Campo Grande, a situação entre fazendeiros e índios teria se agravado com a publicação no Diário Oficial da União, em janeiro de 2013, do Resumo de Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Iguatemipegua I.*

*Segundo o estudo, conduzido pela antropóloga Alexandra Barbosa da Silva, o espaço territorial à margem esquerda do rio Iguatemi está reconhecido como*

terra indígena tradicional Guarani Kaiowá, das famílias kaiowa dos tekoha Pyelito e Mbarakay. São 1.793 índios que vão ocupar a área de 46 fazendas, pertencentes a produtores da região há cerca de 40 anos, que segundo o estudo, 'são os responsáveis pela exclusão territorial indígena e degradação ambiental'. A publicação é o primeiro passo para a homologação da terra indígena. Os produtores rurais têm 90 dias para questionar o estudo ou parte dele.

#### *Produtores rurais*

O documento assinado pelos prefeitos pede 'Justiça', pois acredita que as ações para as demarcações não tem razoabilidade e destroem regiões consolidadas pelo trabalho, sem indenizar os produtores.

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado chegou a provar uma emenda ao orçamento da União para 2013, que destina R\$ 100 milhões para indenização de propriedades desapropriadas para abrigar terras indígenas. Entretanto, não basta reservar o dinheiro, é preciso uma emenda constitucional para permitir o pagamento pela terra e essa é uma nova batalha dos produtores e entidades de classe, junto ao legislativo.

Ainda assim, o pagamento resolveria os conflitos iminentes a curto prazo, uma vez que muitos produtores não aceitam a ideia de deixar suas terras, mesmo sendo indenizados pela terra e pelas benfeitorias.

Para o prefeito de Iguatemi, as tentativas de inclusão junto aos povos indígenas têm sido falhas. O documento cita que as terras demarcadas estão há décadas abandonadas de infraestrutura e tecnologia, favorecendo o crescimento de bolsões de misérias, criados por políticas desastrosas.

#### *Conflito*

Na cidade de Paranhos - distante a 477 km de Campo Grande, terras na região do Arroyo Corá haviam sido homologadas pelo governo Lula em 2009. No entanto, a homologação foi questionada na Justiça pelo dono da fazenda Iporã - uma das 15 que estão na área homologada de 7.175 hectares. Uma liminar suspendeu a homologação e a questão aguarda solução final, nas mãos do STF (Supremo tribunal Federal).

Em 2012, a indefinição resultou em conflito armado entre índios e fazendeiros que culminou com a morte de um bebê e o desaparecimento do indígena Eduardo Pires, 50.

#### *Divisa*

Um documento elaborado no dia 4 de fevereiro, pelo presidente da Federação de Agricultura do Paraná, Ágide Meneguette, endereçado à presidente Dilma Rousseff, afirma que as invasões no sul de MS estão ultrapassando fronteiras.

Segundo Meneguette, uma invasão teria iniciado em agosto de 2012, na divisa com Mato Grosso do Sul, com o fechamento da ponte Ayrton Sena, entre Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS). Ele conta que cerca de 1.300 índios teriam vindo clandestinamente do Paraguai e de outros Estados, sob argumento da Funai (Fundação Nacional do Índio) de são territórios históricos de ocupação indígena.

Na avaliação do presidente da federação paranaense, a solicitação feita pelos índios é descabida e conta com apoio da Funai, 'gerando situação de confronto que pode ser explosiva'.

"Produtores rurais e suas famílias estão sendo ameaçados pelos invasores e com a intervenção do órgão federal, criou-se um clima de insegurança jurídica e medo de violência", diz trecho do documento.

Meneguetti denuncia que o 'deslocamento' estaria sendo incentivado por Ongs com interesses escusos, as quais estariam recrutando cidadãos paraguaios para se passarem por índios, atraídos pelas benesses do Governo brasileiro, como a distribuição de cestas básicas. Além disso, alguns desses paraguaios estariam sendo reunidos para trabalhar no narcotráfico e tráfico de armas.

No documento encaminhado à Presidente Dilma, Meneguette pede a retirada dos índios e afastamento de funcionários da Funai, destacamento da Polícia Federal para coibir a entrada ilícita de índios paraguaios e de outros Estados, a conversão

*em ato normativo do acórdão que discutiu a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e o estabelecimento de uma nova política indigenista.*

*Índios*

*Dados do Cimi (Conselho Missionário Indigenista) revelam que entre 2003 e 2010, mais de 250 índios morreram assassinados. Contudo, não há confirmação de que as mortes tenham relação direta com o conflito agrário.*

*Relatório do Dsei/MS (Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul) apontam que entre 2000 e 2011 foram registrados 555 suicídios entre jovens kaiwá-guarani (com idade entre 15 e 29 anos).*

*Estudiosos garantem que os suicídios dos Guarani Kaiowá vêm acontecendo em diversas comunidades dessa região e que a decisão extrema de acabar com a própria vida tem relação direta com a falta de perspectiva e a frustração com problemas cotidianos, que se confundem com a morosidade do problema fundiário.*

*A reportagem entrou em contato com a Funai em Ponta Porã - distante a 346 km de Campo Grande, para obter dados atualizados das taxas de mortalidade na região do Conesul, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.”*

Nestes termos as informações que ora requeremos são de fundamental importância ao esclarecimento dos atos e fatos e no cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em        de fevereiro de 2013.

**REINALDO AZAMBUJA**  
**Deputado Federal**  
**PSDB/MS**